

Especial Alfabetização

‘Não basta ensinar a ler e a escrever; é preciso aproximar as pessoas ao universo da leitura e escrita’

Fonte: Campanha Latino Americana pelo Direito à Educação
Entrevista com Rosa Maria Torres*
20 de setembro de 2007

O que significa ser alfabetizado hoje?

A respeito dessa questão, continua sendo normal, hoje em dia, dividir o mundo em “analfabetos” e “alfabetizados”, e dividir o grupo dos analfabetos, por sua vez, em dois grupos: os chamados “puros” ou “absolutos” e os “funcionais” (pessoas com fraco domínio da leitura e da escrita e com baixa escolaridade). No entanto, já há muito conhecimento apontando que estas classificações simplificam realidades muito mais complexas e que não estamos tratando de pólos opostos, mas sim de uma continuidade, na qual existem diversos níveis de domínio da linguagem escrita. Entre os ditos “alfabetizados”, há diferenças enormes, podendo haver desde leitores incipientes e pessoas que apenas desenham sua assinatura e que podem copiar um texto sem saber escrever o mesmo com propriedade, até leitores e escritores com um altíssimo nível de sofisticação no domínio da linguagem, mesmo em mais de um idioma. De minha parte, prefiro falar antes de níveis de alfabetização que de níveis de analfabetismo. Não existe estritamente um “ser alfabetizado”, estamos continuamente aperfeiçoando nossas habilidades para ler e escrever. Porque ler se aprende lendo e escrever se aprende escrevendo.

De qualquer maneira, diríamos que uma pessoa é alfabetizada quando domina com autonomia a linguagem escrita, lê compreendendo o que está lendo e é capaz de transmitir com clareza suas idéias por escrito, de modo que outras pessoas possam compreender o que escreve. Esta pessoa não precisa de outros facilitadores ou programas ad hoc para continuar aprendendo a ler e escrever, pois a partir do que já sabe pode continuar lendo e escrevendo sozinha, de maneira objetiva e com sentido, utilizando e aperfeiçoando suas habilidades para se expressar e para se comunicar, sendo esses dois últimos considerados a própria base do aprendizado ao longo da vida.

A definição de “alfabetizado” dada pela UNESCO em meados do século passado e que muitos continuam citando como se fosse atual – “pessoa capaz de ler e escrever um enunciado simples relacionado à sua vida cotidiana” – requer nova reflexão, porque mudou muito o que entendemos por “ler” e “escrever”, pela noção de “enunciado simples” e pela própria vida cotidiana das pessoas. Quais são os requisitos básicos de leitura e escrita, por exemplo, que necessita uma pessoa jovem ou adulta que vive na zona urbana, usa transporte público, caminha pela rua e tenta atravessá-la, precisa procurar e conseguir um trabalho, precisa preencher um formulário, entender um manual, ler um jornal, um cartaz, um livro, as legendas na televisão, inscrever-se em um curso a distância para seguir estudando, participar do mundo escolar, da vida do bairro, guiar-se em um centro de saúde, em um banco, em uma praça pública? O que é necessário hoje, em termos de leitura e escrita, para ser capaz de enfrentar um computador e para aprender a utilizá-lo?

Uma das constatações incluídas no resumo do estudo “Alfabetização e acesso à cultura escrita por parte de jovens e adultos excluídos do sistema escolar na América Latina e no Caribe” é o uso político-eleitoral da alfabetização de jovens e adultos por parte de autoridades locais / nacionais que promovem estas ações...

Com efeito. Uma coisa é a natureza política da educação – posto que, neste terreno, importantes decisões e questões de poder estão em jogo – e outra coisa é o uso político das intervenções educativas por parte daqueles que as promovem. Não é novidade nem coincidência que muitos políticos tradicionais se interessem pelos analfabetos quando se aproxima uma eleição e que logo se esqueçam deles. É que a “erradicação do analfabetismo”, a declaração de “territórios livres de

analfabetismo” etc., servem às lógicas político-eleitorais. Trata-se de um investimento de baixo custo, freqüentemente de baixa duração, ao qual se pode dar alta visibilidade social e política, em nome da equidade, do alívio da pobreza, etc.

Este estudo, promovido pelo CREFAL em colaboração com o Instituto Fronesis, foi um estudo de campo realizado em 2006-2007 em 9 países da região: Argentina, Bolívia, Equador, Colômbia, México, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. 2006 foi um ano eleitoral em vários destes países. O cálculo do número de analfabetos e a promoção de graduados e de cifras nos meios de comunicação, em benefício de prefeitos, governadores, ministros, primeiras-damas e até de candidatos presidenciais, foi algo que observei repetir-se em meus percursos por vários destes países. E mais: a propaganda eleitoral, especialmente nas zonas rurais e urbano-marginais, apareceu na pesquisa como o tipo de material mais difundido na criação de “ambientes letrados”. Claro que, em geral, tal propaganda não foi pensada para aqueles que não sabem ler ou apenas estão aprendendo. O que chama a atenção é sobretudo a imagem e o uso de cores e símbolos.

Por que a expressão “alfabetização e cultura escrita” ?

Porque o objetivo não é alfabetizar as pessoas, ensiná-las a ler e escrever, mas sim garantir as condições para que leiam e escrevam efetivamente, significativamente. A isso chamamos “cultura escrita”. Falamos, por isso, de aquisição, desenvolvimento e uso da leitura e da escrita, e afirmamos que não basta a aquisição. A consigna não é somente ensinar a ler e escrever, mas sim aproximar a leitura e a escrita das pessoas e, especialmente, das famílias, das comunidades e dos grupos sociais que mais precisam delas.

Em outras palavras, ter acesso à cultura escrita passa pela alfabetização, mas vai muito além dela. Com isso não queremos dizer que ter acesso à cultura escrita é ter acesso a um programa de pós-alfabetização, como se costuma chamá-lo, mas sim ter acesso aos usos da leitura e da escrita em situações reais da vida cotidiana, no lar, no trabalho, no lazer, nos âmbitos educativos e de participação social, etc.

Criar ambientes letrados implica colocar à disposição do público todos os tipos de materiais de leitura e escrita. Não somente em escolas e bibliotecas, mas também em ruas, praças, mercados, paradas de ônibus, quadras esportivas, hospitais, prisões, etc. E não somente depois da alfabetização como se costuma pensar, mas também antes e durante o seu processo. Porque este ambiente letrado facilita e motiva o (aprender a) ler e escrever, e lhe dá sentido. Estive há pouco tempo em Bogotá, designada Capital Mundial do Livro de 2007, e fiquei maravilhada com a ampla gama de instituições, programas e experiências que vêm sendo desenvolvida para a promoção da leitura e da escrita entre toda a população. O passo seguinte é articular a promoção da leitura e da alfabetização, as quais continuam cada qual para seu lado. Tal articulação já está estabelecida no Decreto 133 promulgado pela prefeitura de Bogotá (abril de 2006), por meio do qual são adotados os contornos de política pública de fomento à leitura para o período de 2006 – 2016, dentro dos quais se inclui como deve ser a alfabetização.

Que bom que o Plano Ibero-americano de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos (2007-2015) não pára na alfabetização e que aponta no sentido de universalizar a educação básica entre os jovens e adultos (pena que a sigla adotada seja PIA, cerceando a EP, mais ampla, tão importante de lembrar e insistir). Não obstante, ainda devido a este contexto, a mentalidade tradicional faz com que muitos governos, políticos, tecnocratas e a “opinião pública” construída pelos meios de comunicação sigam falando em “reduzir” ou “erradicar o analfabetismo” como A meta.

Como a senhora vê a situação do analfabetismo entre jovens e adultos na América Latina e no Caribe?

Geralmente, neste campo os avanços e conquistas vêm sendo medidos em termos estatísticos: quantas pessoas foram inscritas, quantas foram alfabetizadas, quanto baixou o índice de

analfabetismo, ao qual se agrega mais recentemente as estimativas de “analfabetismo funcional” (pessoas com menos de 4 anos de escolaridade, segundo algumas definições). Há pouco interesse em indagar-se sobre a qualidade, o desenvolvimento, o uso e os impactos da alfabetização provida tanto por organismos governamentais como não-governamentais. Pouco se sabe sobre o que, como e quanto as pessoas alfabetizadas estão lendo e escrevendo, se e como isso está contribuindo para ampliar seus horizontes e melhorar suas vidas.

Em todo caso, tanto quantitativa quanto qualitativamente, houve poucos avanços –talvez até estagnação ou redução em alguns aspectos – neste campo nos últimos anos. Nisso convergem vários fatores:

(a) A extensa pobreza: O analfabetismo não se resolve somente a partir das políticas educativas e dos programas de alfabetização, mas também a partir da política econômica e da política social em seu conjunto. Enquanto a pobreza continuar se reproduzindo, o mesmo acontecerá com o analfabetismo – tanto o analfabetismo que deriva da falta de acesso à escola quanto o que deriva do acesso a escolas de baixa qualidade.

(b) A visão sobre os sujeitos da alfabetização: Jovens e adultos continuam sendo discriminados em termos educativos apesar da retórica em torno da “equidade”, do “respeito à diversidade”, da “educação para todos”, do “aprendizado ao longo da vida”, etc. A idade e a pobreza são fatores de forte discriminação social e de preconceitos: pobreza se associa a déficit material, intelectual e cultural; pressupõe-se que as pessoas adultas são lentas e torpes para aprender, etc.

(c) A visão da educação e do direito à educação: Ambas, educação e direito à educação, são associadas à infância e à escola, exatamente onde se encontram as prioridades. Fala-se de alfabetização e educação como se a alfabetização não fosse parte da educação (esta separação segue presente em muitas constituições e leis, nos organogramas dos ministérios de educação, na programação e nas metas das agências internacionais, etc.).

(d) A visão da alfabetização: Segue instalada uma concepção restrita da alfabetização – a leitura e a escrita. Continua-se associando alfabetização a jovens e adultos e à educação informal, sem o reconhecimento de que este é um processo e um aprendizado que não tem idade e que é realizado dentro e fora do sistema escolar. Continua-se confundindo alfabetização com “castelhanização”, como nos tempos da Colônia; são poucos os programas que ensinam e promovem a leitura e a escrita em línguas indígenas. Continua-se pensando a promoção da leitura basicamente como promoção do livro e como reforço escolar.

Enfim, continuam predominando velhos parâmetros, mas agora, em muitos casos, combinados ao uso de modernas tecnologias, o que produz algumas misturas insólitas, indescritíveis. No estudo que acabo de concluir ressalto o sub-aproveitamento e o mau uso das tecnologias, modernas e tradicionais, na promoção da leitura e da escrita entre as crianças, jovens e adultos, e, sobretudo entre esses últimos.

No plano estatístico, é difícil afirmar hoje qual é a real situação da região e de cada país, pois há muitas distorções no caminho, desde a contínua falta de instrumentos idôneos para determinar o analfabetismo - que segue baseando-se em geral na auto-percepção e na auto-declaração das pessoas - até problemas de coleta e processamento da informação e contagem ‘a olho’, advindos sobretudo da necessidade de mostrar resultados rápidos e bem-sucedidos. Na maioria dos centros de alfabetização que visitei, nos diversos países, os chamados analfabetos “puros” e “funcionais” estão juntos, e não é raro que estes últimos sejam maioria dentro da classe. Trata-se de pessoas com alguma experiência escolar e algum domínio da língua escrita. Não obstante, todos são contados estatisticamente como analfabetos no início e como alfabetizados no final. Quem se responsabiliza por constatar se os considerados alfabetizados o são de verdade? Na corrida pelos números, perde-se de vista a qualidade, a relevância e a sustentabilidade dos aprendizados.

Há quem veja com bons olhos o atual “boom” mundial e regional da alfabetização de jovens e adultos. É verdade que nos últimos anos proliferaram planos e iniciativas internacionais neste campo, a começar pela Década das Nações Unidas para a Alfabetização (2003-2012). Hoje em dia, há programas mundiais, regionais, hemisféricos e ibero-americanos atravessando nossa

região. A UNESCO coordena a Década, a Educação para Todos (1990-2015) – do qual uma das metas é reduzir o analfabetismo pela metade até o ano de 2015 – e o programa mundial LIFE (apoiado pela Casa Branca) que selecionou 35 países, 2 deles (Brasil e Haiti) nesta região. A Espanha, através da OEI, vem organizando o Plano Ibero-americano de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos (2007-2015), Cuba, através do IPLAC, vem implementando desde 2003 o programa “Yo sí puedo” em vários países, entre os quais também se encontram Brasil e Haiti. Cada iniciativa tem marcos, objetivos, metas, prazos, alcances, pesquisas, informes e modalidades diferentes de ação. Até hoje, lamentavelmente, o que predomina é a descoordenação, o paralelismo e até a competição entre as diferentes iniciativas, o que torna o terreno fértil para os protagonismos, para a duplicação dos esforços, desperdício de recursos e a sempre vigente e temida “guerra dos métodos”.

A Senhora disse que há retrocessos em alguns âmbitos. Quais são esses retrocessos?

Há involuções no âmbito pedagógico e no político-ideológico. Assim como no campo da alfabetização infantil vemos um embate contra o construtivismo – em quem se joga a culpa do reiterado fracasso alfabetizador da escola (especialmente no Brasil, mas também em outros países) – e uma defesa ferrenha do “método fônico”, no campo da alfabetização de adultos estamos presenciando o retorno a métodos silábicos, fonéticos e até alfabéticos, que acreditávamos superados. O método cubano, Yo sí Puedo, introduz como novidade a associação de cada letra do alfabeto a um número, o que confunde e complica, mais do que facilita a aprendizagem e a apropriação da língua escrita (pelas observações de classe que realizei nos 9 países mencionados, em todos os casos o método se encontra presente).

Mesmo assim, o sentido político e transformador da alfabetização e a conscientização, tão apaixonadamente defendidos por Paulo Freire, foram abandonados ou desprezados na maioria dos programas, e permanecem como um estigma nos mais apegados à luta social e à educação popular. O “diálogo”, que chegou a ser marca registrada nos programas de alfabetização de adultos, se perdeu, minimizado ou mecanizado como mais um passo do método. O pragmatismo dos nossos tempos nos leva a fazer tudo com pressa, pelo menor custo, em tempo recorde e sem muito questionamento sobre o sistema que continua produzindo e reproduzindo a pobreza e o analfabetismo.

O que a Senhora pensa sobre a avaliação dos programas de alfabetização na região?

Conheço poucos programas de alfabetização de jovens e adultos que tenham sido avaliados profunda e integralmente, como deve ser feito. Um deles é a Campanha Nacional de Alfabetização “Monseñor Leónidas Proaño” no Equador (1988-1990), na qual trabalhei como diretora pedagógica. Fizemos uma avaliação interna e uma externa, esta última coordenada por uma equipe contratada pela UNESCO. A interna incluiu avaliação dos aprendizados, das estratégias, dos instrumentos e materiais utilizados, não somente do ponto de vista dos alfabetizandos mas também dos alfabetizadores, das autoridades locais e das famílias. Trabalhei um ano na elaboração do informe final da campanha, integrando os resultados das duas avaliações. Quando o informe foi publicado, ninguém o esperava e provavelmente poucas pessoas o leram, ainda que a distribuição tenha sido feita de maneira ampla e gratuita. A questão é que não há uma cultura de avaliação. O que as pessoas e os meios de comunicação pedem é simplesmente um dado: em quanto foi reduzido o índice de analfabetismo no país.

O demais – quantos aprenderam, o que aprenderam, como avaliam o que aprenderam, o que lhes pareceu mais interessante, mais útil, mais fácil, mais difícil – não interessa.

A ausência de avaliação persiste, sobretudo no que diz respeito à ordem qualitativa e ao estabelecimento de parâmetros consistentes para que se defina o que é uma boa prática de alfabetização hoje. Cada programa assegura ter alfabetizado tantas pessoas (cada um decide o que entende por ‘alfabetizado’, como e em quanto tempo o faz), em geral entendendo como tal um nível muito elementar de alfabetização. Em certas ocasiões, a breve carta que serve como prova

de ter aprendido a escrever é redigida pelo próprio alfabetizador e copiada da lousa pelos alunos. Sei disso porque vi em muitos lugares e já faz muitos anos. Menciono este caso porque copiar não é escrever, é copiar. Conheço também provas de avaliações aplicadas a crianças e adultos, que não medem realmente a capacidade de leitura e escrita, mas sim a informação prévia e a capacidade para seguir instruções orais e por escrito.

Desde 2003, o Instituto de Estatística da UNESCO (UIS) vem desenvolvendo o LAMP (Literacy Assessment and Monitoring Programme) que estabelece cinco níveis de alfabetização e que desde 2006 está sendo testado em seis países (entre eles, El Salvador é o único de nossa região), com resultados previstos para o final de 2008.

Pessoalmente, me inquieta a possibilidade de que passemos da ausência de avaliação neste campo à overdose de empenhos avaliadores e de construção de indicadores que impregnam a educação em geral. O campo educativo é muito propenso a estes movimentos pendulares. A educação básica de jovens e adultos, e dentro dela, a alfabetização especificamente, devem ser pensadas a partir de outros parâmetros, inseparáveis das condições de vida das pessoas, de suas aspirações e lutas. Estas últimas não podem ser vistas aqui como meros “fatores associados” à aprendizagem, como mero “contexto”. Se reconhecermos, por exemplo, que aprender a ler e escrever é um direito do cidadão, uma ferramenta de consciência e de transformação social, um aprender a ler não só o que está escrito, mas a “ler o mundo” e a própria realidade de maneira crítica, como dizia Paulo Freire, quais deveriam ser os parâmetros de definição do “perfil” desejável ou o bom “desempenho” do alfabetizador e o bom “rendimento” do alfabetizando?

Como pensar políticas de alfabetização, considerando a grande diversidade social e cultural existente nos diversos países dentro de cada país?

Justamente: a boa política educativa é aquela que assume e inclui expressamente a diversidade como princípio central e condição de eficácia da política, tanto na sua elaboração quanto na sua execução. Não há nada que obrigue uma política a ser homogênea, igual para todos, nacional, regional, muito menos globalizada.

Essa é a política ruim, a que normatiza mas não funciona e a qual estamos acostumados, principalmente por meio da ação dos organismos internacionais. A boa política é contextualizada, é participativa, e encarrega-se de suas condições de implementação, incentivando a diversificação, que é o que exige a especificidade de cada contexto e momento. De fato, uma análise dos 19 informes nacionais apresentados em 2006 pelos países da América Latina no marco do PIA e dos 20 informes nacionais preparados em 2006-2007 no marco de um estudo regional CREFAL-CEAAL sobre educação de adultos, mostra a grande diversidade das realidades, histórias, concepções, terminologias, marcos legais, esquemas organizativos e financeiros, culturas políticas, lingüísticas institucionais, etc, que existem hoje em matéria de alfabetização de jovens e adultos nesta região.

Essa boa política não pode ser feita somente a partir do conhecimento especializado; este conhecimento deve ser contrastado e complementado com outros saberes especializados, com o senso comum, com o conhecimento prático, com a opinião e a participação social, com o envolvimento dos atores em cada caso. A elaboração das políticas não compete unicamente às cúpulas e aos técnicos, mas, cada vez mais, aos grupos interessados, aos outrora chamados “beneficiários”. É parte da responsabilidade dos que dirigem facilitar as condições para que a população participe e contribua, através de critérios deliberados no seio de suas respectivas organizações.

Sobre isso, no Grupo Latino-americano de Especialistas em Alfabetização e Cultura Escrita (GLEACE) temos analisado e discutido o estudo realizado em 2004-2005 pela Campanha Mundial pela Educação e pela AcionAid (em inglês: “Writing the Wrongs: International Benchmarks on Adult Literacy”, traduzido para o português como “Corrigir os erros: Pontos de referência internacionais sobre a alfabetização de adultos”). O estudo é concluído com 12 recomendações (“benchmarks”)

para políticas e programas de alfabetização de adultos a nível mundial. Muitas das conclusões e recomendações deste estudo não refletem nem se ajustam às realidades da América Latina, nem à diversidade dos países e das situações. Algumas recomendações são discutíveis, em geral como indicadores de boas práticas neste campo. Somente um exemplo: uma classe com 30 alunos (Recomendação 7: “pelo menos um(a) facilitador(a) para cada 30 alunos”) é muito difícil de controlar e vai no sentido contrário aos esforços de retenção e da necessidade de atenção mais personalizada, particularmente devido a usual heterogeneidade dos grupos e às condições de grande precariedade que caracterizam de maneira geral estes programas. Além disso, nossos percursos pela América Latina nos mostram pobreza, grandes distâncias, solidões, dispersões, dificuldades e custos de mobilização, conflitos de horário, locais inadequados, etc, que dificultam, em muitos casos, respeitar o que foi estabelecido em cada programa – 20, 15, 10 e até 5 pessoas – para organizar um centro de alfabetização, o que leva, freqüentemente, a completar o número de pessoas com aquelas para quem o programa não foi pensado, ou simplesmente falsificar as estatísticas para poder habilitar o centro e receber o equipamento e o subsídio correspondentes.

Qual é, na sua opinião, o principal desafio no campo na alfabetização de jovens e adultos?

Ao mencionar os problemas, ficam também mencionados os desafios. Não obstante, se tenho que escolher um, não hesito em dizer que o principal desafio está hoje na formação, na formação de quadros – entendendo por quadros pessoas com conhecimentos, com critério, com capacidade analítica e crítica, com sensibilidade e compromisso social, capazes de movimentar-se entre o micro e o macro, de definir políticas e organizar ações no campo – em todos os níveis.

Refiro-me à formação, que é mais ampla e integral que a capacitação. O campo da alfabetização sempre foi fraco em termos de formação e capacitação, tanto no que diz respeito aos educadores do sistema escolar quanto aos que atuam fora deste. Na alfabetização de adultos, este campo foi, tradicionalmente, um dos grandes calcanhares de Aquiles. Além disso, quando se fala de formação e capacitação, o primeiro pensamento é para os alfabetizadores e facilitadores. Não obstante, o que se necessita é um esforço de renovação de quadros em todos os níveis, com uma visão atual e ampliada da alfabetização e da cultura escrita em todos os âmbitos: a pesquisa, a elaboração de políticas e programas, a elaboração de materiais, o ensino, a assessoria, a supervisão, a avaliação, etc.

Esta é, precisamente, uma linha de trabalho que temos promovido a partir do CREFAL e o Fronesis. Em maio de 2007 realizamos um primeiro Diplomado Latino-americano em Alfabetização e Cultura Escrita, na sede do CREFAL, em Pátzcuaro, no México. A idéia é continuar promovendo esta linha de formação nos próprios países e aliados a outros organismos, recorrendo basicamente a especialistas nacionais e da região, e contextualizando o curso segundo as realidades e necessidades específicas dos países.

*Rosa Maria Torres del Castillo (Equador). Pedagoga e lingüista. Especialista em educação básica, pesquisadora e assessora no âmbito nacional e internacional. Diretora Pedagógica da Campanha Monseñor Leónidas Proaño (1988-90) e Ministra da Educação e de Culturas (2003) no Equador. Membro da equipe de assessoria da Divisão de Educação da UNICEF em Nova York (1990-96). Membro da equipe de especialistas convocados pela UNESCO para planificar a Década das Nações Unidas para a Alfabetização, e encarregada da redação do Documento Base da Década (2000). Desde o Fórum Mundial de Educação (2000), promove e coordena o Pronunciamento Latino-americano por uma Educação para Todos. Desde 2006, assessora o CREFAL e coordena o Grupo Latino-americano de Especialistas em Alfabetização e Cultura Escrita (GLEACE). Autora de inúmeras publicações e moderadora de varias redes virtuais. Dirige o Instituto Fronesis. <http://www.fronesis.org>

DEL CASTILLO, Rosa Maria Torres Não basta ensinar a ler e a escrever; é preciso aproximar as pessoas ao universo da leitura e escrita. Entrevista concedida ao site **Campanha Latino Americana pelo Direito à Educação**. Especial Alfabetização, 20 set. 2007. Disponível em: <http://www.campanaderechoeducacion.org/news.php?i=83>.>